



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DEPUTADO AGACIEL MAIA

L 1 D O
En. 10/04/14
M

INDICAÇÃO N° IND 18947 /2014

(Do Sr. Deputado AGACIEL MAIA)

"Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, a implantação do Sistema de Ensino Integral no CEF 03 E/Q 10/20 Conj. "II", Lote 01 de Planaltina - RA VI".

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, a implantação do Sistema de Ensino Integral no CEF 03 E/Q 10/20 Conj. "II", Lote 01 de Planaltina – RA VI.

JUSTIFICAÇÃO

PROTOCOLO LEGISLATIVO
IND N° 18947 /2014
Fis. N° 01
RITA

A partir de análise e estudos de experiências nacionais e internacionais, como uma alternativa às demandas que hoje se apresentam para a educação pública, o Sistema de Ensino Integral visa garantir as melhores condições de conclusão da educação básica, com ganhos significativos em termos de rendimento e desempenho escolar.

Oferece aos jovens que nele ingressam, a oportunidade de vivenciarem um currículo sólido, diferenciado, dedicado ao desenvolvimento de suas habilidades e competências para que possam se preparar diariamente para o exercício de uma vida produtiva, com capacidade de inovar, apropriar-se e abrir possibilidades de gerar novas

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Praça dos Três Poderes, Quadra 01, Lote 06, Setor de Instalações Parlamentares – Gama Sul /

Bloco D1 – CEP: 70045-900

Telefones: 61 3301-8172 / 3301-8171

ASSESSORIA DE RELACIONAMENTO COM A MÍDIA
03/04/2014 17:45



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DEPUTADO AGACIEL MAIA

tecnologias, novas soluções para o convívio em sociedade e por fim avanços e melhorias na qualidade de vida.

Desse modo, nas escolas de ensino integral o modelo de gestão escolar e pedagógico apresenta algumas especificidades tais como: jornada integral de alunos, com currículo integralizado, matriz flexível e diversificada, escola alinhada com a realidade do jovem, preparando os alunos para realizar seu projeto de vida e ser protagonista de sua formação com uma infraestrutura diferenciada, sala de leitura, laboratórios de ciências e de informática e, professores e demais educadores com atuação profissional diferenciada, mais exigente e em regime de dedicação plena e integral à unidade escolar.

A escola de Ensino Integral adota um modelo de organização e de gestão que integra todas as atividades de forma a possibilitar a participação da comunidade escolar e a família no acompanhamento e a avaliação de todo o processo educacional.

Educadores, especialistas, e o Governo têm obrigação de viabilizar maneiras de ampliar esse sistema, que proporcionará futuro e menores índices de indicadores negativos, como criminalidade e tráfico de drogas.

Sendo assim, a presente indicação tem por claro objetivo, implantar o ensino integral no CEF 03 de Planaltina.

A Constituição Federal, em seu artigo 7º, dispõe:

PROTOCOLO LEGISLATIVO
IND N° 18947 / 2014
Fls. N° 02 RITA

Art. 7º São direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social;

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente uniformizado, capaz de atender a suas necessidades básicas e as de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, e previdência social.



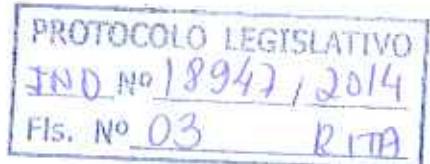
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DEPUTADO AGACIEL MAIA

Por tudo isso, encarço a especial atenção e, consequentemente, a aprovação dos ilustres Senhores Deputados, a proposta.

Sala das Sessões, de abril de 2014.

Deputado Distrital AGACIEL MAIA

Vice-Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

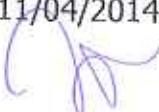
Assessoria de Plenário e Distribuição



Ao Protocolo Legislativo e, após, ao SACP, para as devidas providências, inclusive encaminhamento, para análise de mérito, à:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> CCJ (art. 63/RICLDF) | <input type="checkbox"/> CAF (art. 68/RICLDF) |
| <input type="checkbox"/> CEOF (art. 64/RICLDF) | <input checked="" type="checkbox"/> CESC (art. 69/RICLDF) |
| <input type="checkbox"/> CAS (art. 65/RICLDF) | <input type="checkbox"/> CSEG (art. 69-A/RICLDF) |
| <input type="checkbox"/> CDC (art. 66/RICLDF) | <input type="checkbox"/> CDESCTMAT (art. 69-B/RICLDF) |
| <input type="checkbox"/> CDDHCEDP (art. 67/RICLDF) | <input type="checkbox"/> CFGTC (art. 69-C/RICLDF) |

Brasília-DF, 11/04/2014.


FELIPE TRICHES
Consultor Legislativo
Matrícula nº 16.786

PROTOCOLO LEGISLATIVO
IND nº 18947 / 2014
Fls. Nº 04 RITA